



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 25, considere as disposições da Constituição Federal.

21. Uma das Turmas de um Tribunal Regional do Trabalho – TRT, ao julgar recurso interposto em reclamação trabalhista, declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade de artigo de lei federal que seria aplicável à relação trabalhista discutida em juízo. Com isso, manteve integralmente a condenação imposta pela sentença. Considerando que não houve prévia manifestação do plenário ou órgão especial do TRT sobre a questão constitucional, nem decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria constitucional, a declaração incidental de inconstitucionalidade foi realizada

- (A) incorretamente, uma vez que apenas o plenário ou órgão especial do TRT poderia declarar a inconstitucionalidade, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- (B) incorretamente, uma vez que apenas o plenário ou órgão especial do TRT poderia declarar a inconstitucionalidade, pelo voto da maioria dos presentes à sessão.
- (C) incorretamente, uma vez que os Tribunais apenas podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo ao realizarem o controle concentrado e abstrato de constitucionalidade.
- (D) corretamente, uma vez que qualquer juiz ou Tribunal pode afastar a aplicação de lei ou ato normativo inconstitucional ao julgar um caso concreto.
- (E) corretamente, uma vez que apenas os Tribunais, ainda que pelo voto da maioria absoluta dos membros de suas turmas, podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo ao julgarem um caso concreto.

22. Foi editada lei federal dispondo a respeito das organizações sindicais, determinando

- I. a obrigatoriedade da participação dos sindicatos dos empregados nas negociações coletivas de trabalho, salvo se substituído por comissão eleita pelos próprios empregados interessados no acordo.
- II. que o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- III. que cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

23. Suponha que foi editada lei federal regulando os contratos de trabalho firmados pela Administração pública federal, a qual determinou que os empregados públicos da União

- I. poderão cumular dois cargos públicos, desde que, dentre outros requisitos, cada um dos cargos tenha carga horária semanal inferior a 20 horas.
- II. serão regidos, em suas relações empregatícias, pelo estatuto do servidor público federal, e não pela legislação trabalhista.
- III. poderão exercer o direito de greve, nos termos e limites definidos em lei específica.

É compatível com a Constituição Federal apenas a prescrição contida em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) III.
- (E) II.

24. O STF editou a súmula vinculante nº 4 com o seguinte teor:

Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

Ao julgar demanda em grau recursal, um Tribunal Regional do Trabalho proferiu acórdão que contrariou o enunciado da súmula vinculante acima referida. Neste caso, se presentes os requisitos legais, o acórdão poderá ser objeto de

- (A) reclamação constitucional, perante o Supremo Tribunal Federal, bem como de recurso ao Tribunal competente.
- (B) reclamação constitucional, perante o Supremo Tribunal Federal, bem como de pedido de providências junto ao Conselho Nacional de Justiça, para que esses órgãos cassem a decisão judicial contrária à súmula.
- (C) reclamação constitucional, perante o Tribunal Superior do Trabalho, bem como de recurso ao Tribunal competente.
- (D) reclamação constitucional, perante o Tribunal Regional do Trabalho, cujo acórdão poderá ser objeto, se for o caso, de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) pedido de providências ao Conselho Nacional de Justiça e de recurso ao Tribunal competente, para que esses órgãos cassem a decisão judicial contrária à súmula.



25. Órgão da fiscalização das relações de trabalho impôs penalidade administrativa a determinado Estado da Federação por infração à legislação trabalhista aplicável aos seus empregados públicos. A penalidade administrativa por infração às relações de trabalho

- (A) não pode ser imposta a entes da Administração pública direta, competindo à Justiça do Trabalho julgar ação com vista à desconstituição da penalidade.
- (B) não pode ser imposta a entes da Administração pública direta, competindo à Justiça do Estado julgar ação com vista à desconstituição da penalidade.
- (C) pode ser imposta a entes da Administração pública direta, competindo à Justiça Federal comum julgar ação com vista à desconstituição da penalidade.
- (D) pode ser imposta a entes da Administração pública direta, competindo à Justiça do Trabalho julgar ação com vista à desconstituição da penalidade.
- (E) pode ser imposta a entes da Administração pública direta, competindo à Justiça do Estado julgar ação com vista à desconstituição da penalidade.

Direito Administrativo

26. Antônio, agente público, foi processado e condenado por improbidade administrativa. De acordo com a sentença condenatória, Antônio frustrou a licitude de importante concurso público que ocorreu em Maceió. Nos termos da Lei nº 8.429/92, NÃO constitui sanção passível de ser aplicada a Antônio em razão do ato ímprobo cometido:

- (A) Ressarcimento integral do dano, se houver.
- (B) Suspensão dos direitos políticos por sete anos.
- (C) Perda da função pública.
- (D) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de três anos.
- (E) Pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração de Antônio.

27. No curso de determinado processo administrativo, a parte interessada interpôs recurso administrativo, que deveria ter sido decidido dentro do prazo de trinta dias, contados do recebimento dos autos pelo órgão competente, conforme preceitua a Lei nº 9.784/99. No entanto, passados quarenta dias do recebimento, a autoridade competente ainda não havia proferido decisão no recurso. A propósito do tema, a autoridade competente

- (A) deverá decidir no prazo, máximo, de cento e vinte dias, não sendo necessário justificar a extensão do prazo, haja vista a discricionariedade de tal prorrogação.
- (B) violou o dever de decidir, pois deveria ter decidido no prazo improrrogável de trinta dias, estando a demora eivada de ilegalidade.
- (C) deverá decidir no prazo, máximo, de quarenta e cinco dias, desde que justifique de forma explícita a necessidade de extensão do prazo.
- (D) deverá decidir no prazo, máximo, de quarenta e cinco dias, não sendo necessário justificar a extensão do prazo, haja vista a supremacia do interesse público.
- (E) não violou o dever de decidir, caso tenha prorrogado o prazo de trinta dias por igual período, justificando de maneira explícita.

28. Lara, servidora pública federal do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, está ansiosa para receber sua gratificação natalina, a fim de comprar presentes para seus familiares e quitar alguns débitos que ainda possui. A propósito da gratificação narrada e nos termos da Lei nº 8.112/90, é INCORRETO afirmar que

- (A) a gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.
- (B) a gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
- (C) a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.
- (D) a gratificação natalina será considerada para o cálculo de toda e qualquer vantagem pecuniária.
- (E) o servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

29. Segundo a disciplina da Lei nº 8.112/90, uma das fases do processo disciplinar denomina-se inquérito administrativo. A propósito do tema, considere a seguinte situação hipotética: a Administração pública, durante o inquérito administrativo, não concedeu oportunidade de contraditório e ampla defesa ao servidor público interessado, justificando que durante tal fase tais garantias encontram-se mitigadas em prol do interesse público. Neste caso, a Administração pública

- (A) não agiu corretamente, pois na fase do inquérito tais garantias existem e devem ser respeitadas.
- (B) agiu corretamente, pois tais garantias não se aplicam na fase do inquérito.
- (C) agiu corretamente, pois tais garantias, embora existam no inquérito, podem ser negadas em prol do interesse público.
- (D) não agiu corretamente, pois embora a regra seja a inexistência de tais garantias no inquérito, elas não podem ser obstaculizadas sob a justificativa do interesse público envolvido.
- (E) agiu corretamente, pois pode, mediante sua atuação discricionária, negar tais garantias em qualquer fase do processo disciplinar.

30. Considere:

- I. O Poder Judiciário pode examinar os atos da Administração pública, de qualquer natureza, mas sempre sob o aspecto da conformidade ao Direito.
- II. Em situações excepcionais, o Poder Judiciário poderá apreciar os aspectos reservados à apreciação subjetiva da Administração pública, conhecidos como mérito (oportunidade e conveniência).
- III. Há invasão do mérito do ato administrativo quando o Poder Judiciário analisa os motivos alegados para a prática do ato.
- IV. Os atos políticos estão sujeitos à apreciação jurisdicional, desde que causem lesão a direitos individuais ou coletivos.

No que concerne ao controle judicial dos atos administrativos, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I.



Direito Processual do Trabalho

31. Fabrício, empregado do Condomínio X foi dispensado sem justa causa. A rescisão de seu contrato de trabalho foi devidamente formalizada, tendo sido homologada pelo Sindicato da Categoria. Fabrício, inconformado com a dispensa sem o devido pagamento das horas extras trabalhadas, ajuizou reclamação trabalhista em face de Clóvis, síndico do referido Condomínio, dando à causa o valor de R\$ 50.000,00. A referida reclamação foi extinta sem resolução de mérito, tendo sido reconhecida a ilegitimidade de parte passiva. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, às custas processuais, serão devidas por Fabrício no

- (A) valor mínimo previsto em instrução normativa do Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) montante de R\$ 500,00.
- (C) montante de R\$ 1.000,00.
- (D) montante de R\$ 750,00.
- (E) valor mínimo previsto em portaria específica emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

32. No tocante aos recursos no Processo do Trabalho, considere:

- I. A capacidade, a legitimidade e o interesse são pressupostos recursais subjetivos.
- II. É computado em dobro o prazo para recurso das sociedades de economia mista e das empresas públicas.
- III. A inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer constitui pressuposto recursal subjetivo.
- IV. Havendo recurso ordinário em sede de ação rescisória, o depósito recursal só é exigido quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.

33. O ônus de provar o término do contrato de trabalho quando negados a prestação de serviço e o despedimento e o ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial é do

- (A) empregador.
- (B) empregado.
- (C) empregador e empregado, respectivamente.
- (D) empregado e empregador, respectivamente.
- (E) de ambas as partes, tratando-se de ônus comum objetivo.

34. A reclamação trabalhista X tramita na 5ª Vara do Trabalho de Maceió, tendo sido expedida carta precatória para penhora de imóvel situado na cidade de São Paulo, Capital. Foi penhorado o referido imóvel, sendo que Ana, que não é parte na reclamação trabalhista, está sofrendo esbulho na posse de seu bem. Ana pretende opor embargos de terceiro. Neste caso, os referidos embargos, em regra, deverão ser propostos em

- (A) Maceió, obrigatoriamente, juízo este também competente para julgá-lo.
- (B) São Paulo, obrigatoriamente, juízo este também competente para julgá-lo.
- (C) São Paulo ou em Maceió, mas a competência para julgá-lo é da Vara Trabalhista de Maceió.
- (D) São Paulo ou em Maceió, mas a competência para julgá-lo é da Vara Trabalhista de São Paulo.
- (E) São Paulo, obrigatoriamente, mas a competência para julgá-lo é da Vara Trabalhista de Maceió.

35. No tocante ao princípio da preclusão, o artigo 806 da Consolidação das Leis do Trabalho veda à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto exceção de incompetência. Neste caso, no tocante ao referido princípio operou-se a preclusão

- (A) temporal.
- (B) lógica.
- (C) ordinatória.
- (D) máxima.
- (E) restritiva indireta.

36. Brunete ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa "LH Ltda.", alegando ter exercido seu labor em ambiente insalubre, dando à causa o valor de R\$ 21.500,00. Foi deferida a prova pericial requerida por Brunete, tendo o perito nomeado pelo Juízo apresentado o referido laudo pericial. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as partes

- (A) obrigatoriamente se manifestarão oralmente na audiência em razão da oralidade existente neste tipo de procedimento processual.
- (B) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de dez dias, iniciando-se por Brunete.
- (C) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de cinco dias.
- (D) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de cinco dias, iniciando-se por Brunete.
- (E) serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de dez dias.

37. A respeito do inquérito judicial para apuração de falta grave, considere:

- I. As custas processuais deverão ser pagas no momento da propositura da ação, tratando-se de exceção prevista expressamente na Consolidação das Leis do Trabalho.
- II. O prazo de sessenta dias previsto na Consolidação das Leis do Trabalho é contado da suspensão do empregado, tratando-se de prazo decadencial.
- III. Poderão ser ouvidas até seis testemunhas para cada parte.
- IV. A data da extinção do contrato de trabalho, se procedente o pedido objeto do inquérito, será considerada como a do ajuizamento do inquérito.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II e IV.



38. No tocante às exceções,
- (A) a inimidade pessoal e a amizade íntima são hipóteses de impedimento do juiz que podem ser arguidas através da competente exceção.
 - (B) tanto o reclamante, como o reclamado podem arguir exceção de incompetência em razão do lugar, respeitado o prazo legal previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (C) recebida a exceção de suspeição ou impedimento, é facultado ao juiz suspender o feito.
 - (D) as causas de impedimento do juiz são de ordem pública, e devem ser arguidas na primeira oportunidade que a parte tiver para se manifestar nos autos, sob pena de preclusão.
 - (E) apresentada exceção de incompetência, o juiz suspenderá o feito e abrirá vista dos autos ao exceto por 24 horas improrrogáveis.

39. No tocante ao agravo de petição, considere:

- I. Se a execução já estiver garantida pela penhora, não caberá depósito recursal.
- II. Para interposição do agravo de petição o agravante deverá recolher as custas processuais pertinentes, sob pena de deserção do referido recurso.
- III. O agravo de petição, em regra, suspenderá a execução, tratando-se de reclamação trabalhista em trâmite pelo rito ordinário.
- IV. É incabível o agravo de petição quando interpostos embargos de terceiro na fase de conhecimento de reclamação trabalhista.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

40. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a arrematação de bens penhorados será anunciada por edital afixado na sede do Juízo ou Tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de

- (A) 10 dias.
- (B) 3 meses.
- (C) 30 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 2 meses.

Direito do Trabalho

41. Empregado e empregador celebram contrato individual de trabalho pelo prazo de 9 (nove) meses, para a execução de serviço de natureza transitória. Ao término do contrato prorrogam-no por mais 9 (nove) meses e, novamente, ao término deste, estabelecem nova prorrogação por mais 6 (seis) meses. Em decorrência da situação acima descrita, o contrato por prazo determinado
- (A) será válido, tendo em vista que sua duração total não ultrapassou o limite máximo de duração de dois anos.
 - (B) será válido, tendo em vista que foi celebrado para execução de serviço de natureza transitória, não tendo relevância na análise da sua validade o número de prorrogações realizadas.
 - (C) será nulo, tendo em vista que foi prorrogado mais do que uma vez, razão pela qual não gera nenhum efeito jurídico para as partes.
 - (D) será nulo, em razão de ter sido prorrogado mais do que uma vez, salvo se a última prorrogação se deu em razão da necessidade de execução de serviços especializados.
 - (E) passará a vigorar sem determinação de prazo, tendo em vista que foi prorrogado mais de uma vez.



42. Anacleto prestou serviços em Maceió como analista de sistemas júnior à empresa Gold Systems Ltda., de 20/01/10 a 15/10/13. Ananias, que foi contratado pela empresa Gold Systems Ltda. em 12/08/86, trabalha na sede da empresa em Maceió, ocupando o cargo de analista de sistemas pleno desde 16/03/09. A empresa pagava, ao primeiro, salário 20% inferior ao do segundo. Considerando que havia identidade entre as funções exercidas por Anacleto e por Ananias, que a produtividade e a perfeição técnica de ambos eram as mesmas, e que não havia na empresa quadro organizado de carreira, a equiparação salarial entre eles
- (A) não é possível, tendo em vista que os cargos ocupados por ambos são diferentes.
- (B) é possível, tendo em vista que todos os requisitos previstos em lei estão presentes, não tendo relevância o fato de os cargos terem nomes distintos.
- (C) não é possível, tendo em vista que o valor da diferença salarial existente entre eles decorre do fato de que Ananias exerce as funções por período maior do que Anacleto.
- (D) é possível, mas o cálculo da diferença salarial a ser concedida a Anacleto deve levar em conta a diferença do tempo de exercício na função existente.
- (E) não é possível tendo em vista que Ananias trabalha na empresa há muito mais tempo do que Anacleto.
-
43. Arnaldo de Oliveira foi admitido em 14/01/2013. Durante o período aquisitivo de férias Arnaldo faltou ao serviço, injustificadamente, 5 vezes. A data de término do primeiro período aquisitivo de férias de Arnaldo e o número de dias corridos de férias a que o mesmo terá direito são, respectivamente,
- (A) 14/01/2014 – 24 dias.
- (B) 14/01/2014 – 18 dias.
- (C) 15/01/2014 – 30 dias.
- (D) 13/01/2014 – 24 dias.
- (E) 13/01/2014 – 30 dias.
-
44. Sobre contrato de trabalho, considere:
- I. É um contrato de direito público devido à inexistência de autonomia de vontade na sua celebração.
- II. É concluído, como regra, *intuitu personae* em relação à pessoa do empregador.
- III. É um contrato sucessivo. A relação jurídica de emprego é uma relação de débito permanente em que entra como elemento típico a continuidade da relação.
- IV. É um contrato consensual. A lei, via de regra, não exige forma especial para sua validade.
- V. A celebração por prazo determinado é sempre possível, desde que as partes estipulem, e estando o empregado assistido pelo respectivo sindicato.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e V.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.
-
45. No tocante aos períodos de descanso,
- (A) se o trabalho for superior a 4 horas e não exceder 6 horas será obrigatório um intervalo para repouso e alimentação de, pelo menos, 1 hora.
- (B) nos serviços permanentes de mecanografia, a cada período de 90 minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 minutos, que não são computados na duração normal da jornada de trabalho.
- (C) a não concessão do intervalo para repouso e alimentação gera o direito do trabalhador de receber o valor correspondente ao período, acrescido de, no mínimo, 50%.
- (D) o intervalo para repouso e alimentação, em razão de sua importância para a higidez física e psicológica do trabalhador, é computado na duração normal da jornada de trabalho.
- (E) entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 horas consecutivas para descanso.
-
46. A sucessão de empregadores implica em que
- (A) subsistam todos os direitos trabalhistas adquiridos pelos empregados, não afetando os respectivos contratos de trabalho.
- (B) sejam atingidos os contratos de trabalho, uma vez que houve alteração na propriedade da empresa.
- (C) o novo empregador não assuma as obrigações trabalhistas contraídas pelo sucedido, pois anteriores à sua gestão na empresa.
- (D) o sucessor responda pelas responsabilidades trabalhistas do período anterior à sucessão, salvo se comprovado que o sucedido agiu com dolo.
- (E) o sucessor responda pelas verbas rescisórias dos contratos extintos anteriormente à data da sucessão, ainda que a rescisão tenha ocorrido cinco anos antes da venda da empresa.
-
47. A relação objetiva evidenciada pelos fatos define a verdadeira relação jurídica estipulada pelos contratantes, ainda que prevista de forma diversa em documento firmado pelas partes. Trata-se do princípio
- (A) *in dubio pro operario*.
- (B) primazia da realidade.
- (C) eventualidade.
- (D) dispositivo.
- (E) presunções favoráveis ao trabalhador.
-
48. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
- (A) é sistema optativo, de iniciativa do empregado, a ser exercido por ocasião da admissão no emprego.
- (B) constitui faculdade do empregador, a quem cabe a escolha do regime de garantia do tempo de serviço dos seus empregados.
- (C) é regido por um sistema que admite a retratação manifestada pelos empregados.
- (D) é o sistema de garantia do tempo de serviço previsto pela Constituição Federal para todos os empregados urbanos e rurais.
- (E) pode ser substituído por indenização equivalente, para todos os empregados.



<p>49. Sobre as regras relativas à suspensão e à interrupção do contrato de trabalho, considere:</p> <p>I. O afastamento do empregado em razão de licença sem vencimentos é hipótese de interrupção do contrato de trabalho.</p> <p>II. Em caso de afastamento por doença, pela previdência social, por um período de seis meses, ainda que descontínuos, no curso do período aquisitivo de férias, o empregado perde o direito ao gozo daquelas férias.</p> <p>III. O afastamento da empregada em gozo de licença maternidade, constitui suspensão do contrato de trabalho.</p> <p>IV. O afastamento do empregado nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas para ingresso em estabelecimento de ensino superior, suspende o contrato de trabalho.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) II, apenas. (B) I, II, III e IV. (C) IV, apenas. (D) I, III e IV, apenas. (E) III, apenas.</p>	<p>52. Em razão de grave doença, Paulo está prestes a perder os dois rins. Por esta razão, ele e seu pai, Carlos, são submetidos a exames clínicos cuja conclusão é a de que pai e filho são compatíveis, e Paulo somente sobreviverá se Carlos lhe doar um rim. Carlos</p> <p>(A) deve doar um rim a seu filho, independentemente de sua vontade e mesmo que o ato implique risco de vida, por se tratar de imposição moral.</p> <p>(B) pode doar um rim a seu filho, se esta for sua vontade e desde que tenham sido atendidos os requisitos de lei especial.</p> <p>(C) não pode doar um rim a seu filho, nem que esta seja a sua vontade, por ser ato que implica ofensa à integridade física.</p> <p>(D) deve doar um rim a seu filho, independentemente de sua vontade e mesmo que o ato implique risco de vida, por se tratar de imposição decorrente do poder familiar.</p> <p>(E) pode doar um rim a seu filho, mas apenas se não tiver outros filhos.</p>
<p>50. Sobre salário e remuneração, considere:</p> <p>I. A ajuda de custo, paga como ressarcimento de despesas feitas pelo empregado, integra o salário quando excede de 50% do valor deste.</p> <p>II. As gorjetas integram o salário do empregado apenas e tão somente quando cobradas compulsoriamente na fatura ou nota apresentada ao cliente.</p> <p>III. Não é salário o vestuário fornecido pelo empregador ao empregado para ser utilizado no local de trabalho.</p> <p>IV. As diárias para viagem pagas ao empregado, integram o salário quando excederem de 50% do valor deste.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) I e IV. (C) I e III. (D) II. (E) III e IV.</p>	<p>53. Objetivando financiar a aquisição de uma casa, Maria procura o Banco Mediterrâneo, que lhe empresta o dinheiro mas exige, em garantia, a hipoteca do imóvel. Adquirida a casa, Maria realiza diversas benfeitorias, como calhas de escoamento de água, portão e churrasqueira. Passado algum tempo, Maria não consegue pagar o financiamento, levando o Banco Mediterrâneo a executar a garantia. A excussão da hipoteca</p> <p>(A) abrange o imóvel e todas as benfeitorias realizadas por Maria.</p> <p>(B) é nula, pois os imóveis devem ser objeto de penhor.</p> <p>(C) abrange apenas o imóvel, sem as benfeitorias.</p> <p>(D) abrange o imóvel e as benfeitorias voluptuárias, apenas.</p> <p>(E) abrange o imóvel e as benfeitorias necessárias e úteis, apenas.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>51. A fim de justificar o alto preço de imóvel, João afirma a José que o terreno possui linda vista para o mar. Convencido por tal argumento, José compra o imóvel, pagando o preço pedido por João. Cerca de ano e meio depois, embora sem o objetivo de prejudicar José, e não obstante não tivesse tal intenção quando realizou a venda, João adquire o terreno da frente e edifica prédio que retira de José a vista para o mar. João cometeu ato</p> <p>(A) lícito, pois não teve o objetivo de prejudicar José.</p> <p>(B) ilícito, pois, ao quebrar a expectativa que havia incutido em José, ofendeu os limites impostos pela boa-fé objetiva.</p> <p>(C) ilícito, pois a lei proíbe que o vendedor construa nas proximidades do imóvel alienado pelo prazo de 5 anos.</p> <p>(D) lícito, pois está amparado pelo direito de propriedade.</p> <p>(E) lícito, pois não tinha intenção de comprar o terreno da frente quando da realização da venda.</p>	<p>54. Por ocasião da morte de Benedita, um de seus herdeiros, Bento, propõe que seu anel de noivado, que compõe um dos bens da herança, seja dividido entre ele e o irmão, Sebastião, com o derretimento do ouro e o fracionamento de um grande diamante que o ornamenta. Sebastião se opõe, no que</p> <p>(A) não está certo, pois os bens móveis são divisíveis por natureza.</p> <p>(B) está certo, pois os bens infungíveis não podem ser alienados.</p> <p>(C) não está certo, pois, com o emprego da técnica correta, este anel pode ser dividido em partes iguais.</p> <p>(D) está certo, pois este anel é um bem indivisível, vez que o fracionamento causaria diminuição considerável de seu valor.</p> <p>(E) não está certo, pois, com a morte de Benedita, este anel passou a ser um bem fungível.</p>



55. Após sofrer acidente automobilístico, Márcio, então com 20 anos de idade, passa outros 25 anos em estado de coma. Ao se recuperar, já aos 45 anos de idade, Márcio
- (A) não poderá pleitear indenização contra o causador do acidente, pois houve decadência.
- (B) não poderá pleitear indenização contra o causador do acidente, pois a pretensão está prescrita.
- (C) poderá pleitear indenização contra o causador do acidente, mas deverá fazê-lo no prazo de 3 anos de sua recuperação.
- (D) poderá pleitear indenização contra o causador do acidente, mas deverá fazê-lo no prazo de 5 anos de sua recuperação.
- (E) poderá pleitear indenização apenas se o causador do acidente se dispuser a pagá-la, espontaneamente, por se tratar de obrigação natural.

Direito Processual Civil

56. Sobre litisconsórcio e intervenção de terceiros, segundo as regras do Código de Processo Civil,
- (A) o necessário e multitudinário poderá ser indeferido pelo juiz da causa, quando este comprometer a rápida solução do litígio.
- (B) os atos de um litisconsorte não beneficiarão os demais, ainda que o litisconsórcio seja unitário.
- (C) pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença reconheça seu direito e lhe seja favorável, poderá intervir somente como assistente litisconsorcial.
- (D) é obrigatório o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.
- (E) feita a denunciação da lide pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial.
57. Sobre sentença e coisa julgada, de acordo com o Código de Processo Civil, considere:
- I. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.
- II. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração no momento de proferir a sentença, mas não poderá considerar se o fato for modificativo do direito, diante da preclusão consumativa.
- III. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.
- IV. Faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
- V. A sentença que condenar a parte no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) II, III e V.

58. Acerca dos recursos e ação rescisória,
- (A) havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros, ainda que as defesas opostas ao credor não lhes sejam comuns.
- (B) o recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, desde que haja consentimento do recorrido ou dos litisconsortes.
- (C) é pressuposto da ação rescisória a existência de coisa julgada, ainda que exclusivamente formal.
- (D) ação rescisória fundada em prova falsa depende de prévia ação criminal que apure e comprove a falsidade.
- (E) é incabível ação rescisória para rescindir sentença meramente homologatória.

59. Acerca dos poderes, deveres, atos e responsabilidade do juiz,
- (A) cabe ao juiz deferir ou indeferir as provas requeridas pelas partes, não podendo determinar provas de ofício, sob pena de violação do princípio da inércia jurisdicional.
- (B) compete ao juiz tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes, podendo constar de eventual transação, ponto não suscitado pela petição inicial.
- (C) deverá decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões não suscitadas pelas partes, em razão do que está impedido de pronunciar a prescrição quando não arguida pela parte em sua contestação.
- (D) os atos recorríveis do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos, sendo a decisão interlocutória o ato pelo qual resolve questão incidente no curso do processo.
- (E) responderá por perdas e danos o juiz quando, no exercício de suas funções, agir com culpa, prejudicando a rápida solução do litígio.

60. Segundo o Código de Processo Civil, verificando o juiz a irregularidade da representação da parte, deverá fixar prazo
- (A) razoável para ser sanado o defeito e, caso não atendido, declarará o réu revel, se a providência a este couber.
- (B) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, extinguirá o processo com resolução do mérito, se a providência couber ao autor.
- (C) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, excluirá o assistente do processo, se a providência a este couber.
- (D) razoável para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, declarará a nulidade do processo, se a providência couber ao réu.
- (E) de dez dias para sanar o defeito, caso este consista na ausência de instrumento de procuração ao advogado da parte e, caso não seja atendido, declarará sem efeito os atos por este praticados.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, ou apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.
- A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Texto I

*Quando se pensa em uma sociedade ideal, a referência mais antiga para esta noção provém dos textos de Platão, em que se pode encontrar a seguinte noção de ideia: "As ideias são imperecíveis, possuem existência eterna e estão contidas apenas na razão e no pensamento. Quanto às outras coisas, elas surgiriam e desapareceriam, seriam passageiras e evanescentes, não subsistindo por muito tempo no mesmo e único estado". (Cícero, séc. I a.C., em seu livro **O Orador**, III, 10, com adaptações). No entanto, até que ponto uma concepção imutável e abstrata de sociedade poderia abarcar o que não está previsto?*

Texto II

Conta-se que, para pintar Helena, que teria sido a mais bela das mulheres gregas, Zêuxis não procurou um modelo abstrato e unívoco de perfeição, mas sim procurou compô-la com o que havia de mais belo na variedade de pessoas, usando o rosto de uma, os olhos de outra e assim por diante.

A partir dos textos acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

O ideal de sociedade em contraposição ao respeito à diversidade

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	